



ATA N. °5/2016
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE S. JOÃO DA PESQUEIRA, REALIZADA
EM 12 DEZEMBRO DE 2016

Aos doze dias do mês de dezembro de dois mil e dezasseis, pelas catorze horas e quinze minutos, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de São João da Pesqueira, por convocatória do seu Presidente, de vinte e oito de novembro do ano corrente, com a seguinte Ordem de trabalhos:

- Ponto 1 - Apreciação da Atividade Municipal;**
- Ponto 2 - Análise, discussão e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2017;**
- Ponto 3 - Análise, discussão e votação do Mapa de Pessoal para o ano de 2017;**
- Ponto 4 - Análise, discussão e votação da Proposta de Fixação da Taxa de Derrama, nos termos do disposto no artigo 18.º da Lei n.º73/2013 de 3 de setembro (Lei das Finanças Locais);**
- Ponto 5 - Análise, discussão e votação da Proposta de Fixação da Participação Variável no IRS, nos termos do disposto no n.º1 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Lei das Finanças Locais);**
- Ponto 6 - Análise, discussão e votação da Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas;**
- Ponto 7 - Análise, discussão e votação do Aditamento ao Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica em Baixa Tensão.**

O Senhor Presidente da Assembleia abriu a sessão, desejando que os trabalhos decorressem da melhor forma possível. Passou a palavra à primeira secretária para que procedesse à chamada.

A Senhora Lurdes Veiga, primeira secretária, cumprimentou os presentes, de seguida efetuou a chamada, notando-se as ausências justificadas dos Senhores José Nascimento Lopes e Fernando Pereira.

Após a chamada o Senhor Presidente da Assembleia prosseguiu os trabalhos dando início à aprovação da ata da reunião anterior. Inscreveram-se para correções à ata a Senhora Lourdes Marinho e os Senhores Silva Fernandes e Vítor Monteiro. Depois de ouvidas as intervenções o Senhor Presidente da Assembleia e a restante Mesa aceitaram as correções à ata. Foi posta, a ata, a votação, tendo sido aprovado por maioria, com as abstenções da Senhora Marcolina Sequeira e do Senhor Jorge Andrade por não terem estado presentes. O Senhor Presidente da Assembleia passou de seguida ao expediente. Disse ter recebido cartões e email's de Boas Festas; uma certidão do Município de Amares sobre as taxas de servidão agrícola a partir de estradas nacionais e regionais; uma convocatória da Assembleia Distrital de Viseu, informando que esta, esteve sem atividade estes anos todos, tendo este sinal sido a intenção de retoma, referindo que se isso acontecer terá de se proceder à eleição do representante desta Assembleia. Questionou da pretensão de algum representante dos grupos de trabalho intervir.

Interveio o Senhor Manuel Martins como representante do Núcleo Social de Inserção. Solicitou que se distribuisse um mapa por todos os Membros. Explicou que na primeira página constavam as pessoas que recebem o subsídio social de inserção e, na segunda página, as pessoas que dependem desse subsídio. Informou que se alguém pretender fazer um programa para recrutar trabalho dessas pessoas, elas terão preferência em relação às outras. Disponibilizou-se para tirar qualquer dúvida e expô-las em próxima reunião, pois seria em breve.

O Senhor Presidente da Assembleia agradeceu, passando a palavra ao Senhor Silva Fernandes.

O Senhor Silva Fernandes, em relação aos grupos de trabalho, lembrou a reunião onde fora apresentada uma missiva a apontar para algumas medidas. Foi pedido aos Membros da Assembleia Municipal para participarem nele, e de seguida enviado para as juntas de freguesia e entidades competentes. O documento tinha em vista o problema da juventude e a promiscuidade sexual. Pretendia saber da existência de notícias sobre esse assunto, e se foi tomada alguma posição. Confessou: "saí fortemente incomodado com o que fora dito acerca do que se passava nas escolas do concelho de S. João da Pesqueira". Acredita não ser só nas escolas do concelho passar-se estas situações, achando existirem muitas escolas com o mesmo problema. Entende o problema estar na família e na escola. Para si, os alunos devem ser mais controlados quando faltam às aulas, na aula seguinte à sua falta o professor deve perguntar o porquê de ter faltado. Se os alunos se sentirem controlados, faltam menos.

O Senhor Presidente da Assembleia informou o Senhor Silva Fernandes em termos de Assembleia não ter qualquer informação sobre a missiva. As várias diretorias deram só resposta de a terem recebido. Questionou o Senhor Presidente da Câmara se teria alguma informação.

O Senhor Presidente da Câmara disse não saber de nada, mas que o Conselho Municipal de Educação iria reunir em janeiro.

Passada a palavra ao senhor Sebastião Mesquita, este, cumprimentou os presentes, referindo de seguida ser lamentável o Conselho Municipal de Educação não ter reunido desde o início do ano letivo, existindo casos gravíssimos na escola. Deixou o alerta para que sejam tomadas medidas, senão as suas filhas para o próximo ano deixam de estudar na escola de S. João da Pesqueira.

A Senhora Lourdes Marinho interveio seguidamente, dizendo saber qual o documento a que o Senhor Silva Fernandes se referia. Resultou do apuramento e definição de estratégias de atuação numa reunião do conselho municipal de educação, do qual o Senhor Teófilo dos Anjos faz parte, serviços educativos e entidades ligadas aos problemas dos jovens. Foram lidas as conclusões e formas de ação resultantes dessa reunião e distribuídas pelos membros da Assembleia Municipal. Refletia otimismo e vontade de trabalhar em prol da defesa da juventude e, até agora, não forneceram qualquer informação sobre a continuidade desse objetivo.

O Senhor Presidente da Assembleia clarificou dizendo ter havido uma reunião onde foram discutidos os problemas dessa natureza, tendo-se enviado a missiva aos Ministérios e a outras diretorias. Foi transmitindo nas Assembleias que as várias diretorias tinham dado conhecimento de terem recebido a missiva. O conselho Municipal de Educação deve refletir sobre as respostas e resultados que, de facto não foram nenhuma.

O Senhor Joaquim Monteiro questionou quantas vezes o Conselho Municipal de Educação reuniu no ano de 2016 e por quem era convocado.

O Senhor Presidente da Assembleia respondeu duas vezes, sendo convocado pelo senhor Vereador da Educação.

O Senhor Joaquim Monteiro achou inadmissível o Conselho Municipal de Educação não estar mais perto destas situações, havendo casos tão graves na escola.

Período antes da Ordem do Dia

O Senhor Presidente da Assembleia abriu inscrições tendo manifestado interesse para intervir o próprio, os Senhores Silva Fernandes, Eduardo Coelho, José Manuel, Vítor Tomé, Sebastião Mesquita e as Senhoras Anabela Lopes, Maria Helena e Marcolina Sequeira.

Começou por dizer na sua intervenção que ia ser muito rápido sobre o assunto da ASDOURO, e que se posteriormente houvesse dúvidas se deslocaria ao púlpito para as esclarecer. A ASDOURO para o ano de 2017 efetivará formação de cursos profissionais, vocacionais, cursos de formação, e ainda os pressupostos para a rede dos novos centros qualifica. A abertura destas novas formações que são CEF - cursos de formação e educação e centro qualifica permite mitigar alguns dos custos, o que levará a que a ASDOURO passe a uma situação de equilíbrio financeiro no ano de 2017. Só para clarificar, o centro qualifica, é o que vem a corresponder aos centros- CNO, atuais SQEP, portanto, nós fomos recuperar esse centro que dará resposta desde S. João da Pesqueira até Freixo de Espada à Cinta, Carrazeda, Vila Nova de Foz Côa, Moncorvo, Tabuaço, Armamar, Penedono, Sernancelhe, Murça, enfim, trabalharemos em parceria, e vamos dar escolaridade, vamos permitir a certificação escolar e a certificação profissional. Neste momento temos a candidatura pedagógica já absolutamente aceite e definida, falta depois a parte financeira, mas, já vai sendo ao longo da sua história, hábito, vir primeiro a parte pedagógica, arranca-se, e depois vem a parte financeira, que obriga, naturalmente os custos que estarão inerentes ao início do financiamento até à data. A ASDOURO passará a uma situação de equilíbrio financeiro no ano de 2017. Referiu o Centro Qualifica ser o centro que vem corresponder ao antigo CNO, atual CQEP. A escola recuperou esse centro e pretende dar resposta desde S. João da Pesqueira até Freixo de Espada à Cinta, Carrazeda, Vila Nova de Foz Côa, Moncorvo, Armamar, Penedono, Sernancelhe e Murça. No momento tem já a candidatura pedagógica aceite pela ANQEP. Concluiu que a ser assim a escola poder passar a uma situação de equilíbrio financeiro.

De seguida passou a palavra à Senhora Maria Helena, a qual cumprimentou os presentes e disse estar contente com as palavras do Presidente da Assembleia Municipal em relação à ASDOURO. Acha que a escola falha por não ter cursos ligados à agricultura, estando inserida numa região essencialmente agrícola. Manifestou a satisfação pelo facto de terem sido substituídas as placas de fibrocimento na sede do agrupamento de escolas, que pecou por ser tardia, sabendo-se dos malefícios que o material causa à saúde. Disse haver dificuldade de circulação na estrada com este nevoeiro, havendo zonas com muita necessidade de remarcação, continuou a sua intervenção dizendo ter-se comemorado no dia 20 de novembro, em 1989, a aprovação sobre os direitos das crianças. As crianças são o melhor do mundo, uma lição profunda e intemporal do poeta Fernando Pessoa e Maria Montessori mulher a quem a educação deve muito, descrevia o menino com o seu enorme potencial físico e intelectual, é um milagre dentro de nós, este facto deve ser transmitido a todos os pais, educadores e pessoas interessadas em crianças, porque a educação desde o início da vida, pode realmente mudar o presente e o futuro da sociedade deste mundo tão inseguro e por vezes tão autista, onde continua a impor-se a demagogia. Vive-se num tempo de falta de soluções e oportunidades para os jovens, precisando estes

de deixar o seu país, a sua família em busca da concretização de um sonho, de uma vida não encontrada no seu país. Vive-se num tempo de falta de soluções para os jovens. Com o aproximar do final do mandato, gostava de saber a opinião do Executivo para colmatar a situação dos jovens saírem do concelho e o que se pensa fazer para travar esta situação. Tem a noção de que o Executivo não consegue fazê-lo, mas com as direções das escolas, devem encontrar as medidas adequadas para resolver este problema, encontrando as melhores soluções.

A Senhora Marcolina Sequeira interveio seguidamente cumprimentando a Assembleia e Executivo. Chamou a atenção para a necessidade de diminuir o perigo no cruzamento para a Zona Industrial e Espinho, devendo procurar-se uma forma de sinalização para que seja diminuída a velocidade. Questionou o Executivo quanto a um programa do pelouro da ação social, Programa Municipal de Beneficiação à Habitação, que ajuda pessoas carentes em pequenas obras de manutenção nas suas habitações. Pretende saber se o programa está ativo, que obras foram feitas e os montantes gastos. Concluiu a sua intervenção dizendo serem muitos pontos a analisar numa sessão de Assembleia e ter como um dos pontos as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2017.

O Senhor Presidente da Assembleia agradeceu, passando a palavra ao Senhor Silva Fernandes.

O Senhor Silva Fernandes congratulou-se com as palavras do Senhor Presidente em relação à situação da ASDOURO. Sobre a marcação da estrada, ele mesmo percebeu o problema a caminho dos Pereiros. Não há marcação horizontal visível, com o nevoeiro é impossível circular na estrada. Quanto ao espólio do Senhor Acácio D'Almeida pensa estar bem encaminhado, já houve contactos com a Câmara. Fez o apelo para que não se perca um Património Único no país, podendo a Pesqueira ficar com ele. O concelho deve reter Património, fazendo a diferença com os outros Municípios e outros lugares. Questionou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal se fora dada uma resposta ao Auditor Externo, pois quem fez a carta foi ele, e o Auditor respondeu para a Assembleia Municipal. Lembrou de ser um dia histórico para Portugal, uma vez que à mesma hora está o Senhor Engenheiro Guterres a tomar posse como Secretário-geral das Nações Unidas. É a prenda do Senhor Presidente da República, que faz anos hoje e é uma pessoa ligada aos afetos. Referiu Portugal ter nos últimos dez anos cidadãos que com maior ou menor sucesso entre nós, ocupam hoje lugares de destaque internacional. Vítor Constâncio ocupa há alguns anos o lugar de Vice-Governador do Banco Central Europeu, instituição da maior relevância na esfera da União Europeia; Álvaro Santos Pereira, diretor do departamento da organização para a cooperação e desenvolvimento económico da OCDE, um dos mais competentes Ministros dos últimos quarenta anos, os políticos não gostavam, e não descansaram, enquanto não o viram longe. Recordou uma das suas afirmações "tem que se retirar a política da Caixa" claro, esta afirmação não agradou. Jorge Moreira da Silva, depois de número um a nível das instâncias europeias, é hoje diretor geral do desenvolvimento e cooperação da OCDE. O Presidente Jorge Sampaio foi distinguido pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, nomeando-o enviado especial das Nações Unidas para a luta contra a tuberculose (2006) e depois como Alto Representante das Nações Unidas para a Aliança das Civilizações (2007). Durão Barroso esteve à frente dos destinos da União Europeia durante dois mandatos. António Guterres será a partir dos primeiros dias de janeiro, o Secretário-geral das Nações Unidas. Sê-lo-á por mérito próprio, "melhor a pensar do que a decidir" como alguém o definiu, António Guterres reúne todas as condições para ter um bom desempenho como Secretário-geral das Nações Unidas, com um elevado nível de cultura e conhecimento do mundo. A sua

formação católica e os princípios humanistas que defende e pratica, e a noção de prestação de serviço ao "outro", "recordo que quando abandonou o governo, foi dar explicações gratuitas para um bairro social problemático. O processo exigente e transparente da sua eleição, bem como a experiência que adquiriu ao longo dos anos, no desempenho de funções a nível internacional, nomeadamente como Alto-Comissário para os refugiados, são a garantia de um forte empenhamento, com sucesso, na construção de um mundo melhor e em paz. Os votos das maiores felicidades para o novo Secretário-Geral das Nações Unidas, Eng.º António Guterres. Ao falar destes portugueses que enaltecem o nome de Portugal nesta Assembleia e nesta sala, não posso deixar de lembrar a personalidade de Luís Pinto de Soveral, pesqueirense de nascimento, na Quinta de Cidrô, em 28-5-1851, nunca renegou a sua origem e a terra que lhe serviu de berço. O Marquês de Soveral, como é conhecido, foi por certo até hoje, na história da diplomacia portuguesa, a personalidade mais destacada a nível internacional. Depois de ter passado pela embaixada de Portugal, em Berlim e Madrid, chega a Londres onde conviveu e granjeou prestígio pessoal e para Portugal, entre a elite europeia de então. Foi o Marquês de Soveral que mediou o conflito entre a Inglaterra e o Brasil, decorrente da ocupação da ilha da Trindade pela Inglaterra, na década de 1890. O Marquês de Soveral pronunciou-se favorável à posição do Brasil que a Inglaterra aceitou. Mais tarde, é a intervenção do Marquês de Soveral que resolve o conflito entre a Inglaterra e Portugal, resultante do mapa cor-de-rosa, dando origem ao segundo Tratado de Windsor em 1899. Embaixador, ministro e conselheiro de estado, o Marquês de Soveral frequentou os palácios das casas reais da Europa do seu tempo, sendo por todos aceite, ouvido e respeitado. Foi um paladino e defensor de Portugal e do Douro, tendo contribuído decisivamente para a promoção e afirmação do vinho do porto, de que era grande apreciador. Morreu em 5-10-1922, mas não deveremos esquecer-lo. Resumindo, o Eng.º António Guterres sucederá ao Marquês de Soveral, na resolução de problemas e conflitos pela via diplomática. Voltarei a maçá-los com a personalidade do Marquês de Soveral, pois quem no presente não sente o passado, não tem futuro.

O Senhor Presidente da Assembleia agradeceu a intervenção passando a palavra ao Senhor Eduardo Coelho, o qual apresentou a proposta que se transcreve:

“

Proposta para Elaboração de Regulamento da Utilização da Via Pública
(Viação Rural)

Dada a exígua e desadequada regulamentação existente na Câmara Municipal de São João da Pesqueira sobre a utilização da via pública, nomeadamente, no que concerne a **caminhos rurais**, impõe-se a necessidade de regulamentar esta matéria no sentido de promover uma utilização racional e consciente destas vias. Com a elaboração deste regulamento pretende-se dotar este Município de um diploma que contenha as disposições relativas a conservação, manutenção e proteção da via pública rural, assim como da sua correta utilização através de um conjunto de normas e regras que responsabilizem os seus utilizadores.

Deve-se, ainda, neste Regulamento um regime especial de comunicação prévia para a atividade dos empreiteiros na utilização de **Máquinas Agrícolas e de Terraplanagens**, na via pública para que possamos responsabilizar e prevenir eventuais cenários de destruição das vias no âmbito do exercício desta atividade. Este regulamento será um instrumento importante para garantir aos cidadãos um conhecimento integrado e facilitado de matérias que sejam objeto de regulamentação e que, pela sua natureza, permitem clarificar e simplificar o princípio da segurança jurídica a que os cidadãos têm direito.

Tendo em atenção a realidade económica, social e cultural do nosso Município, tipificam-se novas infrações que poderão eventualmente ocorrer quando seja dada uma utilização indevida à via pública e consagram-se princípios para a sua correta utilização, preservação e manutenção.

Nagoselo do Douro, 12 de dezembro de 2016

Presidente de Junta de Freguesia,

Eduardo Augusto Dias Coelho

O Senhor Presidente da Assembleia agradeceu, passando a palavra ao Senhor José Vilas Boas, o qual dirigiu cumprimentos a todos os presentes, pediu para a luz pública estar acesa mais quinze minutos de manhã, pois quando as pessoas precisam dela, apaga-se.

Passada a palavra à Senhora Anabela Lopes, esta cumprimentou o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores e Membros da Assembleia, referindo que as palavras do Senhor Silva Fernandes a fizeram voltar ao tempo dos romanos, onde diziam "Portugal não se governa, nem se deixa governar. Os ilustres saem, não governam Portugal, mas saem para governar outros países". Relativamente ao Museu do Vinho, um dos principais pontos de visita de S. João da Pesqueira, e por tal, é preciso primar pelo bom atendimento dos visitantes. Isso não acontece, é inadmissível a funcionária que lá trabalha não falar nem perceber o português. Apelou ao Executivo para não usarem o poder para denegrir a imagem de S. João da Pesqueira. Pediu, também, para não baixarem os braços quanto à abertura do Tribunal, pois "está por um fio". A abertura do Tribunal trazia movimento à vila, deu o exemplo dos almoços que podiam estar a ser servidos e estão-se a perder.

O Senhor Vítor Tomé cumprimentou os presentes, iniciando a sua intervenção dizendo não saber o porquê de um assunto discutido ao longo destes três anos continuar igual, a marcação das estradas, diz "falta de pessoal não dever ser nem de meios, pois vira trabalhos já feitos pela máquina". Mencionou a realização da feira, dia oito de dezembro, feriado nacional, em que podiam ter consultado as pessoas para perceberem se concordavam com este dia, sendo feriado, nem transportes houve. Questionou o Executivo para perceber para quem foi a feira, concluindo "para ninguém, nem para os feirantes". Visitou Sernancelhe, um concelho que fica muito aquém do nosso, não o desvalorizando, construíram um pavilhão de exposições onde são realizados eventos todos os fins-de-semana. Tem uma iluminação de Natal digna de uma cidade. Perguntou como consegue um Município fazer tanto, e aqui nada, isso entristece-o, pois há muitos concelhos com menos potencial que o nosso "temos de nos esforçar para fazer melhor."

O Senhor Sebastião Mesquita interveio seguidamente cumprimentando os presentes, tecendo um elogio ao Senhor Presidente da Junta de Ervedosa do Douro, por finalmente conseguir fazer algumas obras na sua freguesia, graças à colaboração com o Município. Ervedosa do Douro merece mais, é a freguesia com mais de metade da área de benefício do concelho. Lembrou novamente, a triste entrada do concelho e o facto das Bateiras continuarem na mesma. Quanto aos abrigos na escola, se fizeram estudos, não passou disso, não sabe o que se passa com o Conselho Municipal de Educação, nem com as pessoas que fazem parte dele, acontecem casos gravíssimos na escola e devem ser tomadas medidas. Dando o exemplo da retirada do amianto da escola, em que os alunos foram avisados segunda-feira, de que terça não haveria aulas, voltando a tê-las quarta-feira. Referiu ser falta de organização, deviam ter fechado numa sexta-feira. Os professores são colocados tardiamente, os alunos têm metade das horas dadas, o programa está atrasado. Questionou o Executivo sobre as negociações

com a REN, no sentido de perceber se foram feitas, ou se vão fazê-las depois da obra finalizada. O concelho vai ficar marcado a nível de paisagem para sempre. Esclareceu a linha ter doze a quinze quilómetros de distância, os Municípios onde a receita vai ficar, Alijó e Carrazeda de Ansiães, não deixaram passar a linha, voltando esta para trás, para poder passar na Valeira. Vai fazer uma comunicação para os grupos parlamentares e para o Ministério do Ambiente porque lhe parece a legislação ter de ser revogada, não podem chegar aos terrenos e abusar.

Passada a palavra ao Senhor Joaquim Monteiro, agradeceu a intervenção do Senhor Eduardo Coelho, pois todos os anos gastam dinheiro na compostura dos caminhos e continuam a destruí-los, não possuindo a Junta autoridade para os poder parar. Deu a sugestão de fazerem um levantamento dos caminhos e linhas de água de cada freguesia, colocá-los num inventário, e se possível registá-los. Dessa forma, a Câmara, ou a Junta poderiam agir. Relativamente às Bateiras acha uma falta de estratégia não ser colocada como objetivo principal. Ficou com algumas dúvidas em relação ao assunto REN. Exigiu contrapartidas, até ousadamente lhes pediu dinheiro. Prometeram-lhe que todos os caminhos que ficassem danificados eram compostos. Na discussão pública foi uma linha, agora a linha é outra, foi alterada. Duas ou três empresas na margem esquerda do Douro, na zona de Soutelo e Nagoselo, pronunciaram-se, não a deixando passar no seu território. Ao deixar-se passar os postes pelo nosso concelho, devíamos ter mais-valias. Lamenta não terem tido poder político para dizer que não. É um impacto muito grande e negativo.

O Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara deu as boas vindas a quem não teve oportunidade de o fazer pessoalmente. Respondendo à Senhora Maria Helena em relação às candidaturas de cursos ligados à agricultura, a escola candidata-se sempre, mas não tem conseguido abrir os cursos porque na região a escola do Rodo é a mais vocacionada para os lecionar. Quanto à marcação da estrada disse andarem a fazê-la, ainda não está toda marcada porque é uma extensão muito grande. Não o fazem na nacional por ser competência das Estradas de Portugal. Compreende a reflexão partilhada acerca das crianças, concorda com o que foi dito sobre as crianças. Na próxima reunião do Conselho Municipal de Educação irá ser discutido o assunto. À Senhora Marcolina Sequeira referiu já ter pedido para reavaliarem a situação no cruzamento para a Zona industrial, se houver possibilidades de melhorar, respeitando as regras de trânsito, será efetuada a alteração. Em relação à rúbrica da ação social é um assunto sensível, não quer divulgar nomes para não melindrar as pessoas. Os pontos da Assembleia, embora sejam muitos, são pontos claros, acessíveis e de fácil resolução. É um dever as Grandes Opções do Plano, irem à Assembleia em dezembro, não podem retirar os outros pontos. Respondendo ao Senhor Silva Fernandes disse o Executivo estar interessado em trazer o espólio para cá, estando em fase de negociações. Pensava que o assunto do Auditor já estava resolvido, vai pedir ao Senhor Auditor para lhe dar a resposta diretamente e não através da Assembleia. Concorde plenamente com a sugestão do Senhor Eduardo Coelho, alguns agricultores não têm consideração, estragam a estrada. Não devia ter sido alcatroada, devia ter ficado em terra batida. A proposta se for aprovada pela Assembleia vai correr os trâmites legais, depois irá surgir o Regulamento. Ao Senhor José Vilas Boas respondeu que a iluminação poder-se-á ajustar às necessidades. À Senhora Anabela Lopes respondeu que a pessoa que referiu já não se encontrar a trabalhar no Museu, pois chegaram à conclusão que não era a pessoa indicada. Em relação ao Tribunal disse nunca terem baixado os braços e que, uma vez a trabalhar na

área, se tivesse alguma sugestão, estava disponível a recebê-la, e juntos lutarem para que o Tribunal voltasse a exercer as suas valências. Ao Senhor Vítor Tomé disse que há uns anos foi levado a reunião de Câmara, por parte dos interessados em alterar a data da feira cada vez que a feira fosse num feriado. A iluminação de Natal é simples, é uma aposta que estão a fazer, têm vindo a poupar e o que conta é a intenção. Ao Senhor Sebastião Mesquita, e relativamente às Bateiras, já está em candidatura. Não se esqueceu dos abrigos, está em curso. O Conselho Municipal de Educação irá reunir em janeiro. Quanto às obras feitas na escola, não foram da responsabilidade da Câmara. O corredor da REN foi escolhido, há contrapartidas para o nosso concelho, estão à espera de alguma ajuda financeira. Respondendo ao Senhor Joaquim Monteiro, concorda em deixarem tudo igual ao que estava, sendo em zonas públicas ou privadas.

O Senhor Presidente da Assembleia interveio respondendo ao Senhor Silva Fernandes que o contacto com o Auditor foi um contacto pessoal. O Senhor Auditor está disponível para vir à Câmara esclarecer dúvidas de uma forma pessoal ou em grupo. Quanto à Senhora Maria Helena, esclareceu que desde 1995 ter sido elaboradas candidaturas à área de enologia. Nunca conseguiram abrir porque a desculpa sempre foi a mesma, havia uma escola pública. Quanto ao Centro Qualifica poderá funcionar com ações modulares certificadas, em candidatura já formalizada que permitirá dar resposta a estes anseios.

De seguida, abriu inscrições para contrarrespostas.

Inscreveram-se os Senhores Vítor Tomé, Sebastião Mesquita, Silva Fernandes e a Senhora Marcolina Sequeira.

O Senhor Vítor Tomé dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara disse não se importar quando foi alterado o dia da feira. Como Presidente da Câmara tinha de defender o interesse dos munícipes. Se alguns dos feirantes não quisessem vir, mais vendiam os que cá estavam.

O Senhor Sebastião Mesquita esclareceu não ter culpado a Câmara por a escola fechar. Há pessoas do Executivo que fazendo parte do Conselho Municipal de Educação deviam estar preocupadas e transmitirem as preocupações à Assembleia para todos ficarem informados.

Passada a palavra à Senhora Marcolina Sequeira esta clarificou que não quer saber os nomes das pessoas que foram ajudadas, quer saber onde foram feitas as intervenções e os montantes gastos. É obrigação do Executivo dar conhecimento disso à Assembleia. Deixou a sugestão de na próxima reunião de Assembleia trazerem um apanhado de todas as obras feitas no concelho.

O Senhor Silva Fernandes disse não querer que o Senhor Auditor externo lhe responda, somente questionou se a carta que o Senhor Auditor externo dirigiu ao Senhor Presidente da Assembleia tinha tido resposta. Continuou a sua intervenção dizendo sempre defender a construção do Museu de Forrester na Valeira e não conseguiu, por esta razão não aceita que um proprietário individual receba dinheiro pela colocação de um poste na sua propriedade. Não aceita igualmente uma Câmara Municipal que troque património por dinheiro. Interrogou qual o destino desse dinheiro. Seguidamente mostrou uma apresentação em PowerPoint de uns postes de alta tensão com formas estruturais e que se encontra anexo à ata. Deixou a sugestão "quando quiserem fazer algo, primeiro saber se já foi feito em algum lugar e a seguir ver como, e então fazer os melhoramentos".

Passada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, este disse achar a apresentação do Senhor Silva Fernandes bonita, mas tardia. Na altura a Assembleia sabia, andou-se a discutir o assunto muitas vezes, devia ter apresentado esta sugestão quando o assunto esteve em discussão pública. Não vendeu património. A contrapartida que fala é um valor que comporte obras, a

requalificação da feira, o espaço onde é feita a feira quinzenal, um espaço utilizado por todos. Lamenta na altura não terem essa sugestão sem ficarem com outro visual no nosso território. À Senhora Marcolina Sequeira disse ir fazer um levantamento dos valores gastos que depois entregar-lhos-ia. Ao Senhor Sebastião Mesquita irá fazer chegar as sugestões nos locais apropriados. Respondeu ao Senhor Vítor Tomé dizendo haver pessoas a querer a feira no feriado. Essa alteração foi aprovada em Reunião de Câmara, e até hoje mais ninguém se queixou, desde 2010.

O Senhor Sebastião Mesquita interveio dizendo que o assunto da REN era debatido há quatro Assembleias, na última o Senhor Presidente disse que eram 200 mil euros as contrapartidas e agora diz ser para benefícios da feira. Para ele, a apresentação do Senhor Silva Fernandes foi só uma minimização, preferia que os postes nem existissem, passam na sua propriedade e em dias de nevoeiro os arames dão choque. Na sua opinião trocar património sem negociar é grave. No caso das Bateiras obteve como resposta "há coisas mais prioritárias", pediu desculpa ao Senhor Presidente, mas assim não está cá a fazer nada se o Senhor Presidente faz tudo como quer.

O Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Silva Fernandes. Este disse que o Executivo queria inverter as situações, a apresentação dos postes devia ser feita antes, mas, pegando nas palavras do Senhor Sebastião Mesquita, a Assembleia fiscaliza, não apresenta soluções, as soluções vêm depois.

O Senhor Presidente da Assembleia colocou a proposta do Senhor Eduardo Coelho, de o Executivo fazer o estudo de regulamento da via pública, tendo a votação sido aprovada por unanimidade.

Ponto 1- Apreciação da Atividade Municipal

O Senhor Presidente da Assembleia anunciou o 1.º Ponto, perguntando ao Senhor Presidente da Câmara se pretendia intervir.

O Senhor Presidente da Câmara interveio dizendo que a informação é aquela que foi feita, se houver dúvidas esclarecia-as no fim.

O Senhor Presidente da Assembleia ausentou-se, tomando posse como sua substituta a primeira secretária. Esta abriu inscrições para o primeiro ponto, passando a palavra à Senhora Maria Helena.

A Senhora Maria Helena referiu as questões da educação e cultura serem aquelas que a chamam mais à atenção. Referiu a participação do CAST no projeto AMA, desenvolvido pelo agrupamento de escolas com a disciplina oficinas e arte. O projeto agradou-lhe, desenvolve as crianças do ensino especial e crianças com determinadas especificidades. É uma medida meritória, tudo o que se faça para ajudar o desenvolvimento cognitivo e emocional destas crianças é excecional. Lançou o repto de no próximo ano letivo, o mesmo projeto em parceria com a direção de escolas do agrupamento, fosse alargado para todas as crianças do 1.º ciclo. Uma das lacunas do curriculum do 1.º ciclo é a ausência de um ateliê de atividades ligadas às expressões artísticas, deviam apostar nesses ateliês, as crianças passam tantas horas sentadas e a exigir concentração, são crianças pequeninas, há necessidade de atividades diferentes. Gostava de obter algumas informações sobre a formação "Nós e os Outros" no âmbito da prevenção de consumo de substâncias psicoativas e álcool.

A Presidente da Assembleia passou a palavra à Senhora Anabela Lopes.

A Senhora Anabela Lopes questionou se a agenda cultural estava na página da Câmara Municipal.

A Senhora Lurdes Veiga agradeceu a intervenção passando a palavra ao Senhor António Froufe.

O Senhor António Froufe questionou se a proposta do Senhor Eduardo iria dar certo. Na sua opinião tem algumas dúvidas, pois o problema também passa pela CCDR, aprova os VITIS e os agricultores colocam a última videira dentro do caminho público. Tem o exemplo de um proprietário que construiu um muro há cinco anos. Se os invernos continuarem rigorosos, da forma como o muro está construído, o caminho público irá desaparecer. Alertou para um erro existente na informação de vinte de setembro a vinte e cinco de novembro, não houve pavimentação de caminhos em Trevões, mas sim em Espinhosa. Ficou desiludido com a festa das Aldeias Vivas, recebeu há pouco tempo uma fatura para pagar no valor de 265€ com a discriminação "entronização da aldeia", achou lamentável ter de pagar o que não recebeu, por isso mandou devolver a fatura. A Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Silva Fernandes, este interveio dizendo ser só para constatar uma realidade, de dezembro de 2015 e dezembro de 2016 as dívidas a terceiros aumentaram seiscentos e sessenta mil euros.

A primeira secretária passou a palavra ao Senhor Joaquim Monteiro.

O Senhor Joaquim Monteiro começou por dizer que também devolveu a fatura, espera que especifiquem bem o que foi vendido, um capote e medalha. Para si o evento foi mal conseguido, valendo a pena somente o almoço. Se daqui a dois a quatro anos vier um Presidente mais gordo, mais magro, mais alto ou mais baixo, terá de se comprar outro capote. Outro assunto, o PDM, acha que os Presidentes de Junta devem acompanhar de perto a situação. Não ficou satisfeito com a resposta que a técnica lhe deu. Sentou-se com ela a ver ponto por ponto, ditou algumas regras dos perímetros urbanos, entregando-as à Senhora Rosa para dar entrada nos serviços. O PDM é um documento muito importante, mas o anterior foi impeditivo de muitas situações. Na sua opinião, o atual ainda vai ser mais. Alertou para o facto de se estar a perder população, podendo causar mais problemas.

A Senhora Lurdes Veiga passou a palavra à Senhora Lourdes Marinho que começou por perguntar se relativamente ao ordenamento do território não haverá alguma hipótese de inverter a situação. O nosso território é considerado Património Mundial da Humanidade, colocaram os postes, não pediram autorização e dizem não se ter conseguido desviar a rota. Pensa que será melhor efetivar um trabalho de planificação de modo a revitalizar esse Património. A não acontecer isso, um dia poderemos ser confrontados com a sua desclassificação.

O Senhor Presidente da Assembleia regressou aos trabalhos, dando a palavra à Senhora Marcolina Sequeira.

A Senhora Marcolina Sequeira questionou o Senhor Presidente se a dívida às Águas de Portugal estava incluída na dívida a terceiros.

O Senhor Eduardo Coelho lamentou o facto da sua aldeia, Nagoselo do Douro, não estar contemplada com a pavimentação de caminhos agrícolas como muitas freguesias estão.

O Senhor Presidente da Assembleia, agradeceu a intervenção e passou a palavra ao Senhor António Balça.

O Senhor António Balça referiu no seu mandato ter participado num projeto para um possível miradouro em Castanheiro do Sul. Questionou se estão a reativar esse projeto. Preocupa-o o PDM, é da opinião do Senhor Joaquim Monteiro, algumas situações estavam também a prejudicar a sua freguesia, haviam de salvaguardar algumas situações.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por responder à Senhora Maria Helena dizendo que vai levar em consideração o alargamento do projeto AMA. Relativamente ao CRI, os técnicos têm necessidade de formação para poderem dar apoio aos toxicodependentes. À Senhora Anabela Pereira, disse a



agenda cultural estar no site, na página inicial. Relativamente ao Senhor António Froufe disse ter havido um lapso, a pavimentação foi em Espinhosa, União de Freguesias de Trevões e Espinhosa. Quanto à fatura, fez bem, a Câmara também recebeu, não iam pagar um material sem o terem recebido, ninguém paga adiantado. A organização podia ter sido melhor, mas foi a 1.ª vez, o tempo também não ajudou, choveu muito, não se conseguiu fazer o esperado. Respondendo ao Senhor Silva Fernandes e também à Senhora Marcolina disse estar incluída, uma parte, na dívida. À Senhora Lourdes Marinho disse ter havido quatro corredores, na altura, a Câmara, Junta de Ervedosa, Junta do Castanheiro e de Soutelo, fizeram uma comunicação a mostrar o seu descontentamento. Neste momento há muitos munícipes a dizer que os postes são uma mais-valia para o concelho. O movimento para a colocação dos postes trouxe mais-valias para a economia do concelho "muitas pessoas estão a sobreviver com o dinheiro deixado por eles". Na altura a Câmara fez o trabalho que devia fazer com as Juntas de Freguesia que passavam no corredor. Respondendo ao Senhor Joaquim Monteiro sobre o assunto do PDM, ainda com o anterior arquiteto, fizeram um trabalho para perceber qual a pretensão de cada uma das freguesias, o trabalho foi mandado para a CCDR tendo sido arquivado, diminuiu conforme as regras. As alterações são sempre possíveis de ser apresentadas. Ao Senhor Eduardo disse que a contratualização de pavimentação vai chegar à sua aldeia, ainda há pouco tempo fizeram lá um muro. Ao Senhor António Balça referiu ter acompanhado a delimitação da sua freguesia enquanto Presidente de Junta. Os miradouros são um valor ilegível, é uma candidatura não uma execução física, provavelmente São Domingos também será referenciado.

O Senhor Joaquim Monteiro interveio dizendo ser verdade a abordagem com o arquiteto Costa de Almeida, em relação aos perímetros já levou um técnico da Câmara e fizeram o perímetro proposto por ele. Parece-lhe existir pouca informação para os Presidentes de Junta, deviam ser chamados a participar no PDM. Gostava de ser esclarecido sobre a REN e as propostas apresentadas "Nós não somos obrigados a aceitar o que a Comissão de Coordenação e a Direção Regional impõe, podem sempre argumentar a criar soluções". Sempre foi contra as linhas de alta tensão. Os postes ao terem que ficar cá, então têm que ter benefícios. Por vezes os editais afixam-se, ninguém lê, passa o tempo, não dão sugestões na discussão pública, e depois vêm dizer o que devia ser feito. Disse o Senhor Silva Fernandes poder ter apresentado a arquitetura dos postes antes. Se soubesse desses postes de nova arquitetura, aliada à sua intervenção na discussão pública, os danos podiam ter sido minimizados.

Passada a palavra à Senhora Lourdes Marinho disse não se conformar, discordando do Senhor Presidente afirmando que um político não pode ser, nem puritano, nem cruel. Não houve ninguém a reunir com o povo para explicar e o alertar das consequências. O povo está contente porque os fundos económicos estão a vir, eles almoçam, dão movimento, mas quando as linhas estiverem postas, o movimento acaba. Diz ninguém se lembrar do impacto das linhas, podendo causar doenças cancerígenas, deformidades, inclusive às crianças, mesmo ainda dentro do ventre da mãe. Pode até chegar o dia e tornar-se num problema de saúde pública, mesmo as videiras vão começar a ter radiações.

O Senhor António Froufe na sua intervenção disse ser lamentável durante cinco anos não ser tomado nenhuma posição relativamente ao caminho. Quanto ao festival não devia ter sido organizado daquela maneira. Se a Câmara foi parte organizadora tinha de se impor. Preocupou-se com o tempo, dava muita chuva, existe na sua freguesia um salão onde cabiam quatrocentas pessoas e não quiseram saber.



O Senhor Eduardo Coelho referiu aquando da discussão das linhas de alta tensão, o conhecimento que tem, ser somente contestado pela freguesia de Nagoselo do Douro e pelo Senhor José Luís de Carrazeda de Anciães-foram as únicas reclamações feitas na plataforma.

A Senhora Marcolina Sequeira questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre a dívida às Águas de Portugal.

Passada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, este começou por responder à Senhora Marcolina Sequeira referindo não ter em seu poder o valor da dívida, mas que fazer-lho-ia chegar. Quanto ao Senhor Eduardo Coelho a primeira vez que o corredor foi falado, foi subscrita uma proposta pelas freguesias de Nagoselo, Soutelo, Ervedosa e Castanheiro. Da segunda vez não tem a certeza, mas Nagoselo ou Soutelo, por ter saído do corredor a proposta, reformulou-se e foi subscrita pelas mesmas freguesias, menos a que saiu do corredor. Ao Senhor António Froufe disse não saber se o caminho é particular ou público, mas vai-se informar. Quanto ao evento das aldeias deu-lhe razão em termos de faturação. A organização também foi convidado para estar presente em reuniões, assim como todos os Presidentes de Junta, as reuniões foram feitas em Trevões, podia ter estado presente e tentar resolver essas lacunas. A data foi escolhida na reunião, chegaram a consenso. Quanto à Senhora Lourdes Marinho disse não estar a defender a instalação dos postes, há população a favor e outra contra. Fizeram um trabalho na Assembleia para o corredor ser alterado, mas não se conseguiu. Pensa que o PDM também tem de ser desenvolvido com consenso, não se podendo andar sempre a alterá-lo. Aceita todas as opiniões para o PDM, depois devemos enquadrá-las nas diretrizes, se for possível, havendo sugestões essas são sempre conseguidas.

Ponto 2 - Análise, discussão e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2017.

O Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, o qual começou por referir que havendo dúvidas explicá-las-ia. Relativamente às dúvidas técnicas, pediria ao Dr. Paulo Tolda para as explicar. Solicitaram pedido para intervenção os Senhores Vítor Monteiro, Sebastião Mesquita, Silva Fernandes e a Senhora Lourdes Marinho.

O Senhor Joaquim Monteiro começou por dizer que este documento é a previsão daquilo que poderá acontecer no próximo ano no território municipal. Lembrou, novamente as Bateiras não estar no plano, se existe uma candidatura, não consta no plano. Felicitou o Executivo, o Vereador que está à frente das ETAR's, foram aprovadas em Sarzedinho e Casais. Congratulou-se por ter conseguido alguns dos seus objetivos, faltando as Bateiras e o Parque Multiusos "quero que seja o coração de Ervedosa". Deve haver uma preocupação de todos os Presidentes de Junta, o plano deve prever atividades a desenvolver e obras em toda a área municipal. Salientou alguns futuros projetos como a estrada para Guedieiros, devendo ter sido já feita. Os Presidentes de Junta deviam ser chamados a participar no Orçamento, devia ser um Orçamento Participativo. Pareceu-lhe que o número de habitantes na sua freguesia estava mal no plano, são mil cento e dois, no documento das alterações climáticas diz mil duzentos e oitenta e quatro. "Para se conseguir algo é preciso estratégia e a estratégia é vossa", disse ao Executivo. Ficou muito satisfeito com as ETAR's. Tem conseguido fazer alguns projetos, algumas obras, mas não todas quantas pretendia, mas mais de metade das suas intenções foram conseguidas deixando-o jovial.

A Senhora Lourdes Marinho na sua intervenção leu a sua opinião que se transcreve. Na mensagem o Senhor Presidente do Executivo, diz que "o Orçamento está

disponível, podendo ser enviadas sugestões e propostas às alterações até o documento ser enviado à Assembleia Municipal".

"Debrucei-me no estudo enviado, dado que terá sempre de haver alterações por força da Lei. O Orçamento vai deixar de ser elaborado em POCAL (Plano Oficial de Contabilistas das Autarquias Locais), para a partir de 1 de janeiro de 2017 ter de ser apresentado de acordo com o novo Sistema de Normalização Contabilística.

A apresentação e teor do documento guiou-se pela mesma forma técnica do orçamento de 2016, o que me parece correto.

Preocuparam-se com o seu enquadramento tanto ao nível nacional como ao nível da globalização à escala planetária.

É interessante o quadro 3 da página 19, mas agradar-me-ia mais ver um quadro semelhante relativo ao crescimento económico do concelho e também ao desenvolvimento cultural.

Na página 21 – Quadro 4. Análise dos Stakeholders do Município (partes interessadas nas ações e opiniões da organização). Tenho pena, mas há muito pouca colaboração dos stakeholders. Deveriam intervir mais, para que os objetivos do município fossem concretizáveis.

Tudo pedem quando precisam, só criticando quando não estão satisfeitos.

É como em tudo. Todos têm direitos, mas deveres não e, para se agregar num *stakeholder* tem de haver o reconhecimento da relevância que a pessoa, empresário ou entidade possui na construção e concretização das estratégias de desenvolvimento territorial.

Foi um pormenor de enriquecimento do documento e dar a conhecer o que é um stakeholders.

Imposições legais

Pág. 24 - Não consignação (artigo 43º) lei 132/2015 capítulo IV, impõe barreiras.

- 1- Não pode afetar-se o produto de quaisquer receitas à cobertura de determinadas despesas.
- 2- Sem prejuízo do disposto na lei de Enquadramento Orçamental, aprovado pela lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto alterada e republicada pela lei n.º 52/2011 de 13 de Outubro o princípio da não consignação não se aplica às receitas provenientes de:
 - a) Fundos comunitários;
 - b) Fundo Social Municipal;
 - c) Cooperação técnica e financeira nos termos do artigo 22º;
 - d) Empréstimos a médio e longo prazo para aplicação em investimentos ou contraídos no âmbito de mecanismos de recuperação financeira nos termos dos artigos 51º e 57º e seguintes;
 - e) Receitas provenientes dos preços cobrados nas situações referida no n.º 8, do artigo 21º.

Página 27 – fig. 1 e fig. 2 (em relação a 2016)

O Orçamento da receita aumentou 523.811€.

O Orçamento da despesa baixou 89.814€.

Há um saldo positivo de 433.997€, arrecadado para 2017.

Página 42 Quadro 6 – Responsabilidades contingentes.

O Regulamento Orçamento no ponto 2 do artigo 2º - Capítulo I, estabelece princípios de utilização e diligências a observar em obediência à Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso.

Observe que há processos novos e que o montante reclamado aumentou, relativamente a 2016, em 151.808,69€.

Só estes processos novos (expropriação, coima, coima e ação administrativa especial), perfazem o valor de 789.268,57€, o que acho muito elevado.

As dívidas com responsabilidades contingentes resultam de autorizações assumidas de despesa.

Eu sei que, normalmente, não podem ser mensuráveis com fiabilidade, mas são assumidas.

Os três processos iniciais na coluna estão com os mesmos valores do ano de 2016, os outros 4 são novos.

Quem prevê, tem que contar com os imprevisíveis.

Página 63

No mapa Resumo das Despesas. As despesas correntes baixaram com valores consideráveis, à exceção das transferências correntes que aumentaram 83.000€ e outras despesas correntes que aumentaram 56.500€.

Em contrapartida as despesas de capital aumentaram em todos os objetivos, num total de 703.820€ a mais que em 2016, salientando-se a rubrica Outras com um aumento de 169.500€ e na Aquisição de bens de capital com mais 592.214€ que em 2016.

Anexo V – Total 14.367,985€

Na educação- dotaram menos 221.500€

1 – Na saúde menos 10.000€ que em 2016. Dotaram 43.500€, mas 40.000€ são destinados à Saúde + Perto. Esta valência foi entregue ao CLDS. Esse projeto tem receitas própria do financiamento. Que despesas a Câmara tem, ou pensa melhorar algo?

2 – Na Ação Social- 2500€ dotados para o CLDS? Voltam a ter financiamento do projeto!

A Loja Social são 500€, mas também está entregue ao CLDS!

São financiados duplamente? As instalações são todas da Câmara.

Só nestes 2 objetivos aforravam 43.000€ (porque são 40.000€ para a Saúde + Perto, CLDS e Loja Social). Aplicar esta verba em atividades curriculares era melhor.

A bolsa do voluntariado está ativa?

3 – Nos Serviços Culturais e religiosos, dotaram mais 100.000€ que em 2016.

Festa Bienal dos Séniores – isto é novo.

É a festa dos alunos da Universidade Sénior? Não dependem nada com as aulas. Eu quando vou a encontros de professores tenho de pagar o almoço e o transporte. São 20.000€ que estão dotados para este objetivo! Seria bem colocar esta verba para reforço de atividades de enriquecimento curricular, que este ano, recebe a menos 50.000€.

Resumindo:

Poucas atividades programadas tendo como fonte de financiamento os Fundos Comunitários.

O Plano Nacional de Desfibrilhação Automática, com menos 35.000€.

Empreendedorismo com menos 199.000€

A novidade é a da Promoção do Património Natural, dotado com 112.238€.

Não há nenhuma atividade programada tendo como fonte de financiamento a Administração Central

Plano Plurianual de Investimento

As novidades: quase todas com Fundos Comunitários. Quem financia?

- Aquisição de GPS para georreferenciação e levantamentos topográficos;
- Requalificação do Lugar do Convento(PARU);
- Requalificação do Adro de Santa Maria(PARU);
- Requalificação do Largo 25 de Abril(PARU);
- Centro de Compostagem de S. João da Pesqueira;

- Implementação de Eco-Ilhas de S. João da Pesqueira;
- Museu de Arte Sacra de S. João da Pesqueira;
- Eficiência Energética na iluminação pública (A.A);
- Interface de S. João da Pesqueira;
- Interface da Ferradosa;
- Reforço da Segurança na circulação pedonal no entroncamento da EN222 com Pereiros;
- Reparação dos danos provocados nas infraestruturas rodoviárias municipais;
- Hi-fi nos Centros Históricos do Concelho (A.A);
- Implementação da ciclovia na Estrada nacional 222-3, ligação Pesqueira-Ferradosa;
- Beneficiação de percurso pedonal e zona envolvente nas Bateiras (beneficiar o quê, se nunca houve percurso pedonal nas Bateiras?);
- Desenvolvimento de aplicações mobile (A.A);
- Promoção do Património Natural;
- Expansão da zona empresarial de S. João da Pesqueira (já compraram os terrenos que necessitavam?).

Mapa de empréstimos – Pág. 40

Na coluna "Capital", só o empréstimo 738000946591, está alterado. Foram 340.180,17€ em 2016 e hoje são 324.812,79€, quer dizer que abateram à dívida 15.367,36€.

O capital em dívida pagaram menos que no ano de 2016 – 44.074,10€

Por sua vez a amortização foi de 22.894,71€. Não compreendo bem isto.

As transferências para as freguesias são iguais às de 2016, é pouco. As aspirações dos Presidentes de Junta ficaram deferidas.

Melhorou o endividamento. Irá baixar 533.761,91€ em relação a 2016.

Amortizaram mais 23.579,93€ que em 2016.

Na coluna taxa de juro actual não acham que deviam negociar a taxa de 3,7590 com a Caixa Agrícola? Acho-a muito alta, poderia ser e, já era bom para a instituição bancária, 1,5%.

Com a CGD também poderiam negociar, embora seja mais baixa a taxa de juro de que a da Caixa Agrícola, ainda é 1,9846! Poderia ser 1,5 ou na melhor das hipóteses 1,75.

As transferências para as freguesias são iguais às de 2016.

É pouco, embora a maioria das obras sejam feitas pela Câmara, as aspirações dos Presidentes de Junta ficaram suspensas.

Orçamento Municipal 2017 (Grandes Opções do Plano)

1ª Opção – Serviços Gerais de Administração Pública

Esta rubrica totaliza 763.415€.

Em relação às GOP de 2016 há um aumento de 338.915€.

2ª Opção – Segurança e Ordem Públicas

GOP este objetivo totaliza 211.500€, um total inferior em 328.668€ comparativamente 2016, no Plano há um aumento de 34.000€.

3ª Opção – Educação

Totaliza 784.500€ o que significa menos 231.500€ que em 2016.

4ª Opção – Saúde com 43.500€ é dotada com menos 10.000€ que em 2016.

5ª Opção – Segurança e Acção Sociais – 123.500€. neste plano aufere mais 39500€ que em 2016

6ª Opção – Habitação e Serviços Coletivos – 4.726.789€. Regista-se um aumento de 2.795.289€, relativamente a 2016.

7ª Opção – Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos – 1.660.369€ foi contemplado com um aumento de 1.475.869€, em relação ao ano de 2016.

Em termos globais (PAM+PPI) aumentaram 5,2%.

8ª Opção – Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca - 726.000€, são menos 801.00€ que em 2016

9ª Opção – Indústria e Energia

Há um investimento de 390.386€. verifica-se que a dotação difere em baixa do ano de 2016 em 1.179,766€.

10ª Opção – Transportes e Comunicações

Com a novidade das interfaces multimodais Pesqueira e Ferradosa e escolinhas de trânsito, dotaram 1.964,175€, registando-se um aumento de 1.294.675€, em relação a 2016.

11ª Opção – Comércio e Turismo

1.533.141€. Com tantos objetivos novos que se registam, um aumento de 863.641€, acho pouco.

Antes de resolver seja o que for, é preciso assumir que o problema existe e o que nos apresentam é um Plano pouco ambicioso. Só uma continuação do que estava planificado.

Gostava de ter visto um Plano virado para os constrangimentos que a região enfrenta e quais as prioridades/desafios que temos de agarrar para dar a volta ao concelho para que possamos competir com a região. Uma intervenção o mais alargada possível (ao nível territorial e de parcerias) que rompesse com visões localistas, afirmando um novo espaço para o Poder local e para a política territorial. Puxar o concelho para cima.

Vejo o documento pobre, perante metas pretendidas pela Europa para o programa 2020 – crescimento inteligente, sustentável e inclusivo.

Para o horizonte temporal 2020 projeta-se uma Região RI's 4+.

Ponham os stakeholders a trabalhar, eles podem desenvolver a matriz identitária, inteligente, inclusiva e integrada (RI's4). Não é só pedir e os parceiros são sempre os mesmos!"

Passada a palavra ao Senhor Silva Fernandes este sobre as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2017 concluiu o seguinte:

"

Em relação ao sumário executivo (mensagem do Presidente), gostaria de começar por felicitar o Executivo por ter disponibilizado, com quase mês e meio de antecedência desta sessão da Assembleia, os documentos previsionais do orçamento de 2017, ao contrário do que vinha acontecendo, em anos anteriores. Felicitar ainda por os documentos apresentados " serem o resultado das partes interessadas, evitando que ouçamos as habituais queixas dos Senhores Presidentes de Junta de não serem auscultados para esse efeito.

Dispensável o anglicanismo " stakeholders " cuja tradução foi considerada necessária colocar em nota de rodapé.

Associamo-nos á esperança da reabertura do tribunal e congratulamo-nos com a importância reconhecida aos orçamentos participativos " para a definição de políticas públicas ", bem como o anúncio da intenção " de vir a desenvolver, durante 2017, o regulamento do orçamento participativo ".

Seja-me permitido, porém lembrar o seguinte:

Na sessão de 27 de fevereiro de 2015, apresentei uma proposta de regulamento do orçamento participativo, com pedido de distribuição aos membros da assembleia para ser discutido na sessão de abril.

Não aconteceu uma coisa, nem outra.

Na sessão de 24 de abril, o Senhor deputado Paulo Bito, apresentou uma proposta do orçamento participativo jovem.

Nessa mesma sessão, o Senhor Presidente do Executivo dizia, em linguagem pouco democrática, conforme consta na página 11, da respetiva ata " estamos a tentar fazer o nosso "

Da apresentação das propostas nesta assembleia, e da tentativa do Executivo, anunciada em abril de 2015, até a uma eventual apresentação pelo Executivo a esta Assembleia, decorrerão mais de dois anos.

Será lentidão a mais? Será eficácia a menos?

Ou será porque 2017 é ano de eleições?

Repito o que aqui já referi: o orçamento participativo será uma realidade porque é uma fatalidade.

E como diz o povo " mais vale tarde que nunca. "

No quadro 5. resumo das Gop's investimento total (definido+ a definir) pág. 40 de 61:

1- Um terço das grandes opções do plano é destinado a habitação e serviços coletivos, mais concretamente 4.726.780€, que representam 32,9%. A saúde, a educação, a agricultura, a pecuária, a silvicultura, a caça, a pesca, o comércio e o turismo, todos juntos, representam menos de metade do que a habitação e serviços coletivos.

2- A rubrica 3 - serviços culturais, recreativos e religiosos, com o valor de 1.660.369€ tem o peso relativo de 11,6%h o mesmo que agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca (5,1%) mais indústria e energia (2,7 %) mais outras funções económicas (3,9 %) no total de 1.678.826 € com o peso relativo de 11,7 % isto significa que nas grandes opções do plano, os serviços culturais, recreativos e religiosos, valem tanto como a agricultura, a pecuária, a silvicultura, a caça, a pesca, a indústria e energia e ainda outras funções económicas. O que diriam os agricultores e vitivinicultores deste concelho, se lhes fosse dado a conhecer esta realidade?

3- A rubrica "outras funções económicas" com uma dotação de 561.400 €, com o peso relativo de 3,9 %, significa o quê? Depois de considerar a agricultura, a pecuária, a silvicultura, a caça, a pesca, a indústria e a energia, o comércio e o turismo, quais são as " outras funções económicas ", que aqui estão consagradas?

Descobrimos no plano de atividades (pág. 82), que são consideradas como "outras funções económicas "

- O projeto " pesqueira empreende "
- O empreendedorismo e jovens in
- O empreendedorismo
- O apoio ao associativismo empresarial

Estas "outras funções económicas" têm nas GOP um valor de 561.400 € ou seja um peso relativo de 3,9 %, o que significa um valor superior á segurança e ordem públicas, mais a segurança e ações sociais mais a saúde. De fato, estas três rubricas, saúde, segurança e ordem pública e segurança e ações sociais totalizam apenas 386.500 €, com o peso relativo de 2,7% contra 3,9% atribuído a outras funções económicas".

4- Finalmente, é lamentável e ridículo que a saúde apareça na " ordem de importância "em último lugar, por sinal com o número 13. Em 14.387.985 € a saúde tem apenas 43.500 € ou seja 0,3 % do total.

5- Considerando que a saúde, a educação, o comércio e o turismo e a agricultura no sentido mais abrangente, são os eixos e pilares de desenvolvimento deste concelho e face ao tratamento que lhes é dado quando comparadas com outras rubricas de menor importância, só podemos fazer uma avaliação negativa das gop's apresentadas.

“

O Senhor Sebastião Mesquita na sua intervenção disse que o procedimento adotado pela Câmara continua a ser o mesmo do ano passado, ditando as regras. Como Membro da Assembleia não pode fazer nada, mas como munícipe acha gastar-se demasiado dinheiro em festas e zumba.

O Senhor Vítor Monteiro interveio felicitando o Senhor Presidente da Câmara pela maneira como pediu para fazer sugestões e propostas ao documento, esteve tentado a fazê-lo. Continuou dizendo ser um orçamento precedido de um pecado original, não estar apoiado de um plano de desenvolvimento para o concelho. Pensou apresentar uma sugestão mas, ao fazê-lo, podiam pensar que estava a ser conivente com a forma de pensar do Executivo. Como não apresentou sugestões não valia a pena estar a analisar o documento. Felicitou o Executivo ao ver a verba do pessoal baixar mas, a curto médio prazo "vai ser uma dor de cabeça". O nosso concelho é um concelho agrícola, isto palavras do Executivo, não percebe como acham 51% das GOP suficiente nesta função. Questionou quais são as políticas de fixação de jovens, "é a criação de emprego na autarquia"? Questionou, também quando é que deram conta que a ligação à A24 era importante. Ficou com algumas dúvidas em relação às responsabilidades contingentes, gostava de saber mais sobre o assunto.

O Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, este começou por dizer ao Senhor Joaquim Monteiro que as Bateiras está inserida num quadro das zonas ribeirinhas, enquadrado desde as Bateiras à Ferradosa. Quanto às transferências para a juntas, é feita com base no número de habitantes de cada freguesia. À Senhora Lourdes Marinho disse que pelo facto de existirem processos em tribunal, não quer dizer que os vão pagar, são processos bastante antigos, uns antes de 2009, altura da sua entrada como Presidente da Câmara. As coimas foi uma denúncia anónima, feita por causa das ETAR em Sarzedinho e Casais. A Câmara foi multada pelo SEPNA. A questão das águas também está em tribunal desde 2010, "as contas da Câmara são um valor, e eles querem que paguemos outro". A Câmara não irá pagar tudo nos processos em tribunal, está discriminado no documento para uma questão de informação. O orçamento para a educação é consoante o número de alunos, se os alunos diminuem o orçamento diminui. Os quarenta mil euros destinados à saúde está afeto ao trabalho da carrinha Saúde + Perto. Não sendo financiada é a Câmara que a está a pagar. Na ação social inclui-se também a saúde dando o exemplo do cartão das farmácias. Referiu a bolsa de voluntariado estar ativa. Os valores religiosos constam por causa das candidaturas ao Museu de Arte Sacra e Santos Mártires. Quanto ao valor referenciado tem a ver com as transferências para as juntas de freguesia e amortizações. No quadro de amortizações das dívidas os valores escritos são amortização de juros e capital. Não acredita que os bancos façam negociações da taxa. Ao Senhor Silva Fernandes respondeu que o governo lançou um orçamento participativo para portugueses de três milhões de euros, na sua opinião o orçamento participativo é mais bonito que funcional. Em relação à despesa de pessoal, ainda assim, a Pesqueira está abaixo de qualquer média nacional. A autarquia não é nenhum centro de emprego, mas gosta de ajudar de forma a fixar cá as pessoas. Questionou como as juntas vão sobreviver com o orçamento da Câmara, e como a Câmara sobrevive com o orçamento de Estado. Ao Senhor Vítor Monteiro referiu que devia ter dado as sugestões, são sempre bem-vindas, o objetivo é ajudar a melhorar o desenvolvimento do concelho. A A24 não foi de agora a lembrança, há muito notaram a falta de uma ligação rápida, não conseguiram, mas continuam a lutar e não baixaram os braços, têm inclusive um projeto onde pode estar Pesqueira, Tabuaço e Armamar.

Para término da sua intervenção pediu ao Dr. Paulo Tolda que interviesse para esclarecimento das dúvidas técnicas.

O Dr. Paulo Tolda cumprimentou os presentes, começando por dizer estar as Bateiras incluída no PPI (Plano Plurianual de Investimentos), num projeto. Relativamente ao número de habitantes de Ervedosa há de facto um erro, o número é referente aos censos de 2011. Os Stakeholders é um termo técnico de gestão, a regra é a não consignação. Há despesas que são consignadas, portanto receitas que são consignadas. As despesas são sempre auditadas pelo fundo social municipal, empréstimos tribunal de contas e fundos comunitários. A questão das responsabilidades contingentes em termos técnicos é uma obrigação legal, é uma listagem produzida pelo advogado do Município. A unidade móvel de saúde está colocada nas GOP, aquilo que é específico, mas também a ação social que se relaciona com a saúde. O mapa de empréstimos foi pedido às instituições bancárias, todos os anos se coloca no Orçamento. A taxa é a taxa que estará no mapa de serviços da dívida. Quanto à ata, há um erro na numeração, foi um lapso. Em relação à ASDOURO não se aplica porque é só uma participação associada.

Terminada a intervenção do Dr. Paulo Tolda o Senhor Presidente da Assembleia questionou quem gostava de intervir, mostrando intenção a Senhora Lourdes Marinho.

A Senhora Lourdes Marinho referiu que em algumas questões estava a alertar não a criticar. Disse que a Saúde recebeu menos dez mil euros, continua sem perceber o porquê de dotarem os custos com a carrinha Saúde + Perto, em quarenta mil euros se a mesma foi cedida ao projeto PI+PA 3G.

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu a Senhora Lourdes Marinho, que na ação social entra também a saúde. Os quarenta mil euros é só para terem a perceção de que o valor é para a carrinha.

O Senhor Presidente da Assembleia colocou a votação o ponto. Foi aprovado por maioria com os votos contra dos Senhores Sebastião Mesquita, Vítor Monteiro, das Senhoras Anabela Lopes e Marcolina Sequeira e as abstenções dos Membros Senhora Lurdes Veiga, Senhor Silva Fernandes, Senhor Vítor Tomé, Senhora Maria Helena, Senhor Jorge Andrade, Senhor António Froufe e Senhor António Balça. Nas declarações de voto a Senhora Maria Helena disse ter registado com alguma satisfação os doze objetivos propostos, mas, para os levar a bom porto devem constar no plano obras para todo o Município. A Senhora Marcolina Sequeira votou contra porque registou que mais de metade do orçamento, 58,4% eram para despesas com pessoal e manutenção de equipamentos, não percebeu alguns dos encargos. Questionou se o sobranse prevê desenvolvimento para o concelho e investimento nas freguesias. A Senhora Anabela Lopes na sua declaração de voto disse ter votado contra porque o plano e orçamento não contempla um investimento sério e credível. O Senhor Vítor Monteiro referiu o voto contra por o orçamento não estar apoiado num plano estratégico de desenvolvimento para o concelho, sendo um orçamento de continuidade.

Terminadas as intervenções de voto o Senhor António Froufe questionou da falta do Senhor Fernando Pereira.

O Senhor Presidente da Assembleia respondeu dizendo já o ter dito no início da sessão a falta estar justificada, o Senhor Fernando Pereira está presente em tribunal.

Ponto 3 - Análise, discussão e votação do Mapa de Pessoal para o ano de 2017.

O Senhor Presidente da Assembleia, iniciando este ponto, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara disse ser o mapa de pessoal pretendido para o ano de 2017. Se o governo fizer o previsto, acabar com os recibos verdes e inserir no quadro, o mapa de pessoal do Município ficará sem efeito.

O Senhor Presidente da Assembleia abriu inscrições para este ponto, inscrevendo-se as Senhoras Lourdes Marinho, Marcolina Sequeira, Senhores Vítor Monteiro e Sebastião Mesquita.

A Senhora Lourdes Marinho questionou se os postos de trabalho a prover já incluem os postos a concurso em Diário da República de 4-10-2016. Mobilidade sim, mas com regras, arranjar emprego definitivo para quem está a trabalhar a recibos verdes há muitos anos sim, mas o mais grave são os concursos que criaram expectativas a muita gente que nem a recibos verdes estão. Continuou dizendo a câmara não poder salvar quem quer, mas sim quem tem capacidades para tal cargo, neutra e transparente para os que concorrem e não conhece. O assistente operacional já constava nos providos, porque eram dezanove e no novo mapa são vinte. Nos postos a prover os dois que estão já existiam no ano de 2016. Na sua opinião existe uma confusão entre os "providos" e os "a prover". Lembrou os concursos a termo resolutivo em Diário da República de 4-10-2016:

- 5 técnicos superiores (Psicologia, Serviço Social, Comunicação Social, Zootécnica e informática adjunto);
- 5 assistentes técnicos;
- 3 assistentes operacionais.

Cinco técnicos superiores que podem entrar. Providos eram dez, este ano são quatro (faltam 6). A prover eram seis, este ano são três (tiram 3). Questionou para onde foram seis postos que já estavam providos. A prover se os exames e as entrevistas correrem bem deveriam entrar cinco, mas só pensam em prover três. Cinco assistentes técnicos a concurso a prover era o previsto em 2016 (5 a prover), não havia nenhum provido. No entanto agora aparecem cinco providos e só dois a prover. Continuou referindo, o Técnico-adjunto para informática já existir um e a prover não apareceu nenhum este ano. "É engano ou já trabalhava e querem legaliza-lo, mas nesse caso então vai passar para contrato de trabalho por tempo indeterminado, grau 3 nível 2? Porque deixou de haver o nível 3?"

Constatou três assistentes operacionais a concurso, mas só preveem 2 e apareceu mais um nos providos por tempo indeterminado. Eram dezanove em 2016. Foram a concurso três em Diário de República (ora a prover), mas há mais três do que eram em 2016 nos providos. Eram cinco e agora são oito. Chegou à conclusão que os que pedem já estão providos.

A Senhora Marcolina Sequeira disse achar um exagero o número de pessoas a entrar no quadro. É a favor da criação de emprego, mas a este ritmo questiona onde vão ser instalados e para que serviços os vinte e oito técnicos superiores, dezanove assistentes técnicos e trinta e dois assistentes operacionais. Espera neste pessoal estar contemplado alguém para o Museu fluente em inglês e francês, com qualificação para tal, pois no Verão passou-se um episódio *sui generis*, quem estava ao balcão estava a pintar as unhas, a funcionária disse aos visitantes "esperem até secarem". Questionou também se os lugares vão a concurso ou vão continuar a entrar a família política do PSD e os outros têm que emigrar. Alertou o Senhor Presidente que a partir da sua eleição como Presidente de Câmara é o Presidente de todos, seja das pessoas, do partido político que forem, ou de que freguesia.

Passada a palavra ao Senhor Vítor Monteiro diz ter uma grande dúvida quanto ao quadro de pessoal, o quadro dos novos departamentos, a tendência é diminuir e, aqui, no Município, o quadro aumenta, não sabe se está apoiado numa base legal.



O Senhor Sebastião Mesquita referiu que grande parte das pessoas, não todas, mas grande parte delas, ao entrarem no quadro, não trouxeram mais-valias nem melhoramento aos serviços. Quanto à criação de emprego, acha bem, até por ser ano de eleições.

O Senhor Presidente da Assembleia agradeceu as intervenções passando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara disse parecer-lhe que a Senhora Lourdes Marinho estava confundida, o mapa de pessoal é o de 2017, mas como os concursos de 2016 ainda não acabaram, tiveram de os incluir. As pessoas não estão na mobilidade, não percebendo a ideia da Senhora Lourdes Marinho, se alguém já estiver num quadro de uma Autarquia e quiser vir para este tem preferência sobre qualquer concorrente. Quanto aos lugares, onze lugares estão a concurso, foram abertos com base no mapa de pessoal de 2016, aprovado em 2015. Os lugares "a prover" são os previstos para 2017. Se o Governo fizer aquilo que tem dito, este mapa de pessoal fica sem efeito e todas as pessoas a recibos verdes entram no quadro de pessoal da Autarquia. Respondendo à Senhora Marcolina Sequeira disse não ser possível desde 2009 o Presidente da Câmara ser júri num concurso, não sabe como funcionava antes, desde que foi eleito só abriu dois concursos. Os concorrentes foram a provas escritas e psicológicas ficando o melhor. As pessoas serão encaixadas onde houver falhas. Quanto à denúncia que fez, registou-a com desagrado, de facto não são atos que dignifiquem nem o Museu, nem a pessoa. Ao Senhor Vítor Monteiro respondeu o quadro de pessoal encontra-se na base legal. Este mapa contempla os lugares abertos para 2017, bem como 2016, já que os concursos ainda não terminaram.

O Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Norberto Vieira. O Senhor Norberto Vieira cumprimentou os presentes, questionou o Senhor Presidente da Câmara referindo que os concursos que estavam a decorrer eram para normalizar as pessoas da Autarquia. Ao ler a ata da oposição pareceu-lhe "vamos ser coerentes, ao entrarem, entram os que estão cá".

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu o Senhor Norberto que não era bem assim. Qualquer pessoa pode concorrer, estando cá, ou não, depois os concorrentes prestam provas, ficando com o lugar aquele que obtenha melhores resultados.

A Senhora Lourdes Marinho lembrou o Senhor Presidente da Câmara do caso da mobilidade da Eng.ª Paula Pires, estando cá há muito tempo perante a lei, tinha esse direito.

Passada a palavra à Senhora Marcolina Sequeira, esta deu o exemplo da carrinha da saúde. Colocaram profissionais a trabalhar sem qualquer concurso público. Devia ter sido dada oportunidade a todos, pois não existe só uma enfermeira nem uma gerontóloga no concelho. Questionou o Senhor Presidente da Câmara se foi, ou não, um favor político.

O Senhor Sebastião Mesquita achou serem poucos concursos, pois ainda continua a exercer funções na Câmara, um Senhor que já está reformado, o Senhor José Carlos. Gostava de saber como isto é possível depois de uma pessoa se aposentar continuar a trabalhar.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu à Senhora Lourdes Marinho, dizendo que o lugar da Eng.ª Paula Pires estava no mapa de pessoal, mas apesar de ela estar cá podia ter concorrido outra pessoa. Em relação à carrinha não se pôde abrir concurso e, como os serviços da carrinha eram fundamentais resolveram o problema de uma forma célere. Ao Senhor Sebastião Mesquita disse que o Senhor José Carlos estar a laborar de graça sendo uma ajuda preciosa para o Município.



O Senhor Sebastião Mesquita interveio seguidamente dizendo ser ilegal a situação. A pessoa em causa aposentou-se e continua a exercer funções. Em relação ao mapa de pessoal "acho que me estão a deitar areia para os olhos". Surgiu uma proposta parecida há um ano atrás, foi à Assembleia, mas já estava tudo feito para sair em Diário da República dia 3 de janeiro. O Senhor José Carlos ao aposentar-se ficou no lugar dele um jovem com capacidades, se calhar não desenvolve mais porque não o deixam. Concluiu dizendo haver pessoas a trabalhar no Município que nem sabem o que fazer nem onde se sentar.

O Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, este afirmou não ter saído nada em Diário da República a 3 de janeiro de 2016. Falam de uma maneira, parece que estão contra a empregabilidade. Desde que exerce funções como Presidente de Câmara, este é o terceiro concurso que abre. O primeiro para a Biblioteca, o segundo para substituição do Chefe de Divisão, e agora este. Se as pessoas são precisas, os lugares têm que ser abertos e, se o governo fizer aquilo que quer, os recibos verdes entram todos no quadro.

Terminadas as intervenções o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo sido aprovado por maioria, com os votos contra do Senhor Sebastião Mesquita, das Senhoras Anabela Pereira e Marcolina Sequeira e com as abstenções da Senhora Lurdes Veiga e dos Senhores Vítor Tomé, Eduardo Coelho, Silva Fernandes, Vítor Monteiro e Norberto Vieira. Abriu inscrições para declarações de voto. O Senhor Sebastião Mesquita na sua declaração de voto disse ter votado contra por não haver explicação do Executivo sobre quais os locais e as necessidades dos postos de trabalho. O Senhor Vítor Tomé disse ter-se absterido não por estar contra a empregabilidade, mas porque aos bons funcionários não lhes dão hipótese de desenvolverem trabalho, havendo outros que nada fazem. O Senhor Silva Fernandes absteve-se, prometeu a ele mesmo não intervir mais no assunto mapa de pessoal. Devia haver uma relação de funcionários, quais são, o que fazem, os que precisam, para que locais e a fazer o quê, e depois sim, vir a Assembleia para ser aprovado ou não. A Senhora Marcolina Sequeira referiu ter votado contra pois não obteve resposta às questões que colocou. O Senhor Vítor Monteiro absteve-se porque o Executivo passa a ideia da criação de emprego na Autarquia e para si isso é um fator discriminatório. A Senhora Anabela Lopes votou contra por o Executivo criar emprego pela simpatia e estar a tornar-se uma bola de neve. O Senhor Joaquim Monteiro referiu se a Câmara votou por unanimidade pensa que e todos estão de acordo em relação ao mapa de pessoal e querem que seja assim se é assim é bem. A Senhora Lourdes Marinho votou a favor pois é apologista da criação de emprego para os jovens.

Ponto 4 - Análise, discussão e votação da Proposta de Fixação da Taxa de Derrama, nos termos do disposto no artigo 18.º da Lei n.º73/2013 de 3 de setembro (Lei das Finanças Locais).

O Senhor Presidente da Assembleia passou ao ponto 4, passando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara referiu que a taxa da derrama foi lançada há 3 anos, no primeiro ano houve um lapso e todas as empresas receberam uma comunicação para pagar a derrama, mas o dinheiro foi devolvido. O processo é igual ao dos outros anos, as empresas com sede no concelho ficam isentas, as outras pagam conforme a informação enviada.

O Senhor Presidente da Assembleia abriu inscrições para este ponto tendo-se inscrito a Senhora Lourdes Marinho.

A Senhora Lourdes Marinho perguntou se existia algum lucro com esta prática.



O Senhor Presidente da Câmara respondeu que sim, a intenção é trazer para cá alguma percentagem. Se não tivessem lançado a taxa o valor no seu total era pago na sede da empresa, assim as finanças enviam 20% para a Autarquia.

A Senhora Lourdes Marinho questionou novamente se isto já estava normalizado.

O Senhor Presidente da Câmara referiu ser o terceiro ano.

A Senhora Lourdes Marinho interpelou novamente o Senhor Presidente perguntando quando a Câmara vai arrecadar algum dinheiro.

O Senhor Presidente respondeu que sim.

A Senhora Lourdes Marinho continuou a sua intervenção dizendo que o Executivo aprovou, por unanimidade, esta proposta que nos apresenta decidindo três pontos: no primeiro lança uma derrama de 1,5% para todos, no segundo ponto lança 0,75%, para os sujeitos passivos cujo volume de negócios não ultrapasse os cento e cinquenta mil euros, no terceiro ponto isenção completa do pagamento da derrama, para os sujeitos passivos com residência fiscal ou sede social no concelho da Pesqueira. Isto independentemente daqueles que ultrapassem ou não os cento e cinquenta mil euros. É de opinião que o lançamento da derrama deve ser proporcional ao volume de negócio. Quem mais lucra mais terá de pagar, tenham ou não sede social ou residência fiscal no concelho.

O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação, tendo sido aprovado por maioria com as abstenções do Senhor Sebastião Mesquita e da Senhora Lourdes Marinho. O Senhor Sebastião Mesquita na sua declaração de voto disse não concordar, as taxas deviam ser maiores para colmatar o aumento de funcionários.

Ponto 5 - Análise, discussão e votação da Proposta de Fixação da Participação Variável no IRS, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Lei das Finanças Locais);

O Senhor Presidente da Assembleia iniciou o ponto passando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara explicou que neste ponto o objetivo é reduzir os encargos para as famílias, uma redução de vinte mil euros no Orçamento da Câmara.

O Senhor Presidente da Assembleia abriu inscrições para quem quisesse intervir, não havendo ninguém, colocou o ponto a votação tendo sido aprovado por unanimidade.

Ponto 6 - Análise, discussão e votação da Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas;

O Senhor Presidente da Assembleia deu continuidade aos trabalhos, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara

O Senhor Presidente da Câmara preferiu tirar dúvidas, se as houvesse.

O Senhor Presidente da Assembleia questionou quem pretendia intervir, inscrevendo-se o Senhor Norberto Vieira, Senhora Lourdes Marinho, Senhor Sebastião Mesquita, Senhor Silva Fernandes e Senhor António Froufe.

O Senhor Norberto Vieira louvou o trabalho feito. Dirigiu-se ao Dr. Vítor Sobral, dizendo o documento estar excepcional, faz votos para a continuidade do trabalho e não fique na gaveta, que seja executado. Questionou os seus custos, se foram muito "grandes ou só custos da casa".

Passada a palavra à Senhora Lourdes Marinho esta leu o documento que se transcreve:



“

Na história da vida do Planeta Terra as alterações climáticas foram sempre um problema, embora originadas por catástrofes naturais (alterações de marés, recuo de glaciares, erupções vulcânicas) que provocaram a extinção de espécies tanto ao nível da fauna como da flora.

Num horizonte temporal dum passado recente, a degradação teve um impacto mais dramático quando iniciam a Revolução Industrial, seguindo-se a exploração de combustíveis fósseis, expansão cada vez maior nuclear e conseqüentemente o desenvolvimento de emissões de gases com efeito estufa.

O Homem na procura desenfreada de luta pela sobrevivência inventa e, conscientemente, autodestrói-se levando consigo o meio-ambiente.

Diagnosticado o mal, vários países estabelecem acordos no protocolo de Kyoto de 1997, com o objetivo da redução de emissões de dióxido de carbono, causadoras do efeito de estufa. No âmbito da convenção Quadro das Nações Unidas sobre a mudança do clima, surge o “Acordo de Paris”, apontando como meta a atingir o aumento da capacidade de adaptação aos impactos adversos das alterações climáticas, promovendo a resistência do clima e o baixo desenvolvimento de emissões de gases de efeito estufa, de modo que não se ameace a produção de alimentos. O problema é polémico e o Acordo de Paris, não foi assinado por alguns países Estados Unidos da América incluídos em reunião de 5-10-2016.

Isto tudo para ilustrar que esta temática é muito difícil de resolução, e pertinente, dado não interessar aos Países mais industrializados e a própria União Europeia pouco faz para reverter a situação.

Não podemos baixar os braços, parabéns à equipa que elaborou e coordenou este documento. O mau está identificado, mas temos de ser otimistas e trabalhadores pois os fatores condicionantes são elevados e impossibilitarão, a longo prazo, as boas práticas.

- Este documento tem valor e, a curto prazo, terá de sensibilizar, alertar e dar a conhecer à sociedade civil residente, os impactos nefastos das alterações climáticas, no nosso concelho;

- Mais rigor na avaliação dos projetos ligados à construção dos edifícios, das infraestruturas e até aos ligados à exploração agrícola;

- Reordenamento do espaço agrícola;

- Proteção dos solos contra a erosão;

- Salvar os ecossistemas;

- Limpeza, conservação e desobstrução das linhas de água;

- Reflorestação com espécies pouco combustíveis (ações com as Escolas “plantar uma árvore”);

- Chamar as stakeholders ao trabalho;

- Efetivar um trabalho intermunicipal com os municípios da região demarcada.

Não podemos perspetivar um aumento da resiliência, nem na adulteração do nosso território na sua globalidade.

Devemos promover uma adaptação às alterações climáticas, pouco agressiva, sistemática, progressiva e promotora da melhoria das condições de vida da população no seu meio-ambiente natural.

A Câmara tem de começar a concretizar, se estiver à espera de instrumentos de gestão territorial, quer de âmbito nacional ou regional, os processos irão arrastar-se, esbarrando com faltas de financiamento e essencialmente défice de mentalidades e de força política.

Preocupa-me:

- O conforto térmico do parque residencial;

- As diferenças percentuais dos níveis de humidade no solo na primavera e verão;
- As ondas de calor;
- Os valores de precipitação;
- Que num espaço temporal de cem anos se pouco fizermos, correremos o risco de ser um concelho desertificado.

"

O Senhor Sebastião Mesquita deu os parabéns por este estudo feito pelo Município em colaboração com outras entidades, tem pena não conceberem mais estudos destes, aproveitando-se energias, entidades, organizações e fundações que estão preparadas e com meios para os fazer.

O Senhor Silva Fernandes felicitou o Município pela feitura deste documento, dos 308 Municípios, São João da Pesqueira ficou entre o primeiro grupo a fazer um projeto piloto. São 26 Municípios de cada país e S. João da Pesqueira é um deles. Disse que o documento não devia ter sido elaborado pelo Município, mas pela CIM, uma vez que a CIM não assumiu, assumiu o Município de S. João da Pesqueira. Assustou-se quando viu as alterações climáticas em 2100, a maior parte das vinhas não existe. Há países a fazer com as plantas, verdadeiros tapetes e desenhos, por exemplo pássaros. Na sua opinião deviam fazer o mesmo com as videiras, separá-las por castas. Surgiu-lhe uma dúvida no anexo dois, referente a um mapeamento de atores, não entendeu o porquê do pavilhão desportivo, piscina e cineteatro serem atores, no seu conceito também alguns atores como Quinta das Carvalhas, Ventozelo, Vargelas, Cidrô, Quinta do Sairrão, deviam estar mencionados no documento. Questionou também porquê a Cooperativa da Pesqueira ser um agente económico e as outras Cooperativas citadas serem associações.

Passada a palavra ao Senhor António Froufe este disse ter estado presente na apresentação do projeto como muitos Presidentes de Junta e agentes económicos. Espera o projeto não ficar esquecido na gaveta, "nós somos os principais causadores destes erros", deu o exemplo dos muros feitos em betão. Na última reunião de Assembleia expôs o caso da ponte construída em betão. Falou no caso específico de Trevões ter sete lagoas a céu aberto, uma calamidade, até ao momento nada foi feito. Mesmo alertando a Câmara e outras entidades há cooperativas a funcionar e a continuar a deitar lá água isto não pode acontecer. Terminadas as intervenções o Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra para dar resposta. Começou por agradecer as felicitações, o trabalho foi proposto pela APA. Os custos foram somente administrativos, os técnicos são os da Autarquia. Os Engenheiros Carlos Froufe e Pedro Donas Botto, em conjunto com os autores locais chegaram a uma conclusão, tem a ver com a erosão das linhas de água e tratamento de afluentes. Ao Senhor António Froufe clarificou a Câmara não poder multar as cooperativas, a própria Câmara foi multada. Não sabe o porquê das entidades que o Senhor Silva Fernandes referenciou por umas estarem, outras não. Vai ver o porquê e transmitir-lhe-á.

O Senhor António Froufe pediu a palavra para informar o Senhor Presidente da Câmara que o SEPNA passou várias multas à empresa e esta abriu falência. Quem aprovou o projeto há quatro anos foi o Município. Há nove anos que continuamos com o problema e a levar com o cheiro.

O Senhor Presidente da Assembleia pôs o ponto a votação tendo sido aprovado por unanimidade.

Ponto 7- Análise, discussão e votação do Aditamento ao Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica em Baixa Tensão.

O Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para que este explicasse o ponto.

O Senhor Presidente da Câmara disse que o ponto era alteração ao contrato da EDP para com o Município. As lâmpadas tinham de ser substituídas de mercúrio para sódio. É uma reformulação do contrato para passar logo para led's com os respetivos braços.

O Senhor Presidente da Assembleia abriu inscrições, não havendo ninguém colocou o ponto a votação, foi aprovado por unanimidade.

Seguidamente solicitou a aprovação em minuta dos pontos 2, 3, 4, 5, 6 e 7 tendo sido aprovados por unanimidade.

ENCERRAMENTO:

O Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a reunião às vinte horas e quinze minutos agradecendo a presença de todos e desejando um feliz Natal e Próspero ano novo. Dos trabalhos em agenda foi lavrada a ata, que depois de lida, posta a votação e aprovada por maioria irá ser assinada pelos Membros que compuseram a Mesa e a redigiram.

